

Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Câmara Municipal.

**REQUERIMENTO DE URGÊNCIA ESPECIAL Nº 23/2024**

Em atenção ao Art. 148, item IV, alínea “a” do Regimento Interno, solicitamos que seja dada **URGÊNCIA ESPECIAL** aos seguintes documentos:

**Projeto de Lei nº 84/2024** – *Do Executivo* - Dispõe sobre a doação de área de propriedade do município a ALLPAN - COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA. com o encargo de instalar sua estrutura.

**Projeto de Lei nº 85/2024** – *Do Executivo* - Dispõe sobre a doação de área de propriedade do município a GEHFER INDUSTRIAL LTDA, com o encargo de instalar sua estrutura.

**Projeto de Lei nº 86/2024** – *Do Executivo* - Dispõe sobre a doação de área de propriedade do município a JIMBELE ALIMIL ALIMENTOS LTDA., com o encargo de instalar sua estrutura.

**Projeto de Lei nº 87/2024** – *Do Executivo* - Dispõe sobre a doação de área de propriedade do município a M G TONON LTDA, com o encargo de instalar sua estrutura.

APROVADO  
9, 12 / 24  
por delegação  
PRESIDENTE



**Projeto de Lei nº 88/2024** – *Do Executivo* - Dispõe sobre a doação de área de propriedade do município a SANDRINI ATACADO E VAREJO LTDA, com o encargo de instalar sua estrutura.

**Projeto de Lei nº 89/2024** – *Do Executivo* - Dispõe sobre a doação de área de propriedade do município a ANDERSON BRUNO MOUSSESIAN LTDA, com o encargo de instalar sua estrutura.

**Projeto de Lei nº 90/2024** – *Do Executivo* - Concede Auxílio provido de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA à Organização da Sociedade Civil Associação de Pessoas Portadoras de Deficiência "São Francisco de Assis" - APPD e abre crédito adicional suplementar".

**Projeto de Lei nº 91/2024** – *Do Executivo* - Concede Subvenção Social provida de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA à Sociedade de Senhoras de Rotarianos de São João da Boa Vista e abre crédito adicional suplementar.

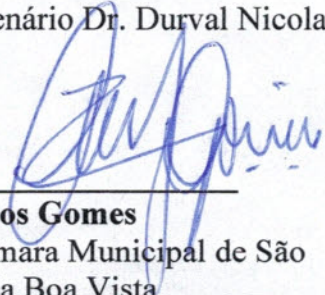
**Projeto de Lei nº 92/2024** – *Do Executivo* - Altera a redação da Alínea `g` do Inciso I do Art. 4º da Lei nº 5.322, de 07 de novembro de 2024, que cria o Conselho Municipal de Esporte, Fitness, Qualidade de Vida e Lazer e institui o Fundo Municipal de Esporte, Fitness, Qualidade de Vida e Lazer, e dá outras providências.

**Projeto de Resolução nº 23/2024** – *Da Comissão de Finanças e Orçamento* - Dispõe sobre o julgamento das Contas da Câmara Municipal de São João da Boa Vista referente ao exercício de 2023.



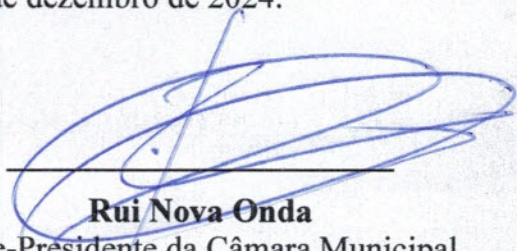
**Ofício ao Vereador nº 21/2024** – *Da Presidência da Câmara* - Encaminha para apreciação o Balancete da Receita e da Despesa referente ao mês de Novembro de 2024.

Plenário Dr. Durval Nicolau, 09 de dezembro de 2024.



---

**Carlos Gomes**  
Presidente da Câmara Municipal de São  
João da Boa Vista




---

**Rui Nova Onda**  
Vice-Presidente da Câmara Municipal  
de São João da Boa Vista



---

**Luiz Paraki**  
1º Secretário



---

**Joceli Mariozi**  
2ª Secretária





# Câmara Municipal

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

**Projeto de Lei nº 90/2024** – *Do Executivo* - Concede Auxílio provido de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA à Organização da Sociedade Civil Associação de Pessoas Portadoras de Deficiência "São Francisco de Assis" - APPD e abre crédito adicional suplementar.

Em atenção ao referido documento, por ser legal, somos de parecer favorável à sua apreciação pelo Plenário.

### PARECER PELA LEGALIDADE

Plenário Dr. Durval Nicolau, 09 de dezembro de 2024.

  
RUI NOVA ONDA

  
MERCÍLIO MACENA BENEVIDES

  
HELDREIZ MUNIZ





# Câmara Municipal

## COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

**Projeto de Lei nº 90/2024** – *Do Executivo* - Concede Auxílio provido de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA à Organização da Sociedade Civil Associação de Pessoas Portadoras de Deficiência "São Francisco de Assis" - APPD e abre crédito adicional suplementar.

Em atenção ao referido documento, somos de parecer favorável à sua apreciação pelo Plenário.

### PARECER FAVORÁVEL

Plenário Dr. Durval Nicolau, 09 de dezembro de 2024.



CLAUDINEI DAMALIO



RUI NOVA ONDA



RODRIGO BARBOSA





**Município de São João da Boa Vista**  
**Gabinete da Prefeita**  
Secretaria Geral

OFÍCIO Nº 823/2024/GAB/SG

Projeto de Lei nº 90/2024

São João da Boa Vista, 06 de dezembro de 2024.

Ao

Exmo. Sr. Vereador

**CARLOS GOMES**

Presidente da Câmara Municipal

NESTA.

Assunto: **Projeto de Lei**

Senhor Presidente,

Estamos encaminhando a Vossa Excelência, para apreciação dos Senhores Vereadores, o incluso Projeto de Lei, que concede auxílio provido de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA à Organização da Sociedade Civil Associação de Pessoas Portadoras de Deficiência “São Francisco de Assis” - APPD e abre crédito adicional suplementar.

Renovamos os protestos de estima e consideração.

**APROVADO EM VOTAÇÃO ÚNICA**

9 / 12 / 24

*por delegação*

**PRESIDENTE**

*Maria Teresinha de Jesus Pedroza*  
**MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA**

Prefeita Municipal

Documento sob Regime Especial

Requerimento nº 23/2024

Em 9 / 12 / 2024

*por delegação*  
Presidente

*Mari'na*  
9/12/24





**Município de São João da Boa Vista**  
**Gabinete da Prefeita**  
Secretaria Geral

**PROJETO DE LEI** nº 90/2024

*“Concede Auxílio provido de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA à Organização da Sociedade Civil Associação de Pessoas Portadoras de Deficiência “São Francisco de Assis” - APPD e abre crédito adicional suplementar.”*

Art.1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a:

I - Conceder neste exercício de 2024, sob a forma de Auxílio a importância de R\$ 3.241,80 (três mil duzentos e quarenta e um reais e oitenta centavos) providos de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA à Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos, Associação de Pessoas Portadoras de Deficiência “São Francisco de Assis” - APPD, com a finalidade do desenvolvimento do projeto “Melhoria de Aparelhos e Equipamentos da Entidade”, conforme Resoluções nº 184 de 11 de julho de 2024 e nº 201 de 16 de outubro de 2024, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

II - Abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.241,80 (três mil duzentos e quarenta e um reais e oitenta centavos) para prover despesas decorrentes desta lei, com a seguinte classificação técnica:

01 – PODER EXECUTIVO

01.11.00 – DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01.11.04 – FMDCA

CLASSIFICAÇÃO PROGRAMÁTICA

08.243.0014.2524 – MANUTENÇÃO DO FMDCA

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA

4.4.50.42.00 – AUXÍLIO

Art. 2º - O crédito aberto pelo artigo anterior será coberto por superávit financeiro, proveniente de recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, verificado no balanço de 31/12/2023.

Art. 3º - A Associação de Pessoas Portadoras de Deficiência “São Francisco de Assis” - APPD, Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ 67.161.810/0001-09, com sede à Rua Augusto Caetano nº 275 – Jardim Nova São João, neste município, tem por finalidade estatutária:

“Art. 2º A APPD – Associação de Pessoas Portadoras de Deficiência “São Francisco de Assis” tem por finalidade a integração social das pessoas com deficiências





## **Município de São João da Boa Vista**

### **Gabinete da Prefeita**

#### **Secretaria Geral**

física, mental e sensorial, e para isso realiza ações de saúde, educação e assistência social e, para atingir seus objetivos a sociedade executará: a) atendimento direto; b) programas de prevenção, habilitação, reabilitação e integração; c) executará programa de educação especial; d) estimulará e ou executará programas de orientação profissional; e) promoverá e estimulará pesquisas e estudos sobre deficiência.”

Art. 4º – O Auxílio que trata esta lei será repassado por meio de parceria firmada por período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogável por igual período, através do instrumento jurídico “Termo de Fomento”, baseado na inexigibilidade do chamamento público nos termos do art. 31 inciso II, da Lei 13.019/2014.

Art. 5º - Fica a OSC Associação de Pessoas Portadoras de Deficiência “São Francisco de Assis” - APPD obrigada a efetuar a prestação de contas dos recursos recebidos nos exercícios de 2024 e 2025, nos termos das legislações vigentes, em conformidade com a Instrução nº. 01/2024 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e o Decreto Municipal nº 6.659/2020 e suas alterações.

Art. 6º - A parceria firmada por esta Lei obedece às normativas da Lei Federal nº 13.019/2014 e às regulamentações do Decreto Municipal nº 6.659/2020.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro (06/12/2024).

**MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA**

**Prefeita Municipal**





**Município de São João da Boa Vista**  
**Gabinete da Prefeita**  
Secretaria Geral

**JUSTIFICATIVA:**

Trata-se de solicitação para formalização do Termo de Fomento entre a Prefeitura do Município de São João da Boa Vista-SP, por meio do Departamento de Assistência Social-DAS, e a Organização da Sociedade Civil, Associação de Pessoas Portadoras de Deficiência “São Francisco de Assis” - APPD, através de Auxílio provido de recursos financeiros do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, para execução do Projeto “Melhoria de Aparelhos e Equipamentos da Entidade” com o prazo de 12 (doze) meses.

Ocorre que, a OSC Associação de Pessoas Portadoras de Deficiência “São Francisco de Assis” - APPD possui valores de saldo remanescente de parceria encerrada no exercício de 2022 e que foi devolvido aos cofres do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - FMDCA, e além disso, também foi beneficiada com recursos financeiros referente a destinações de incentivos fiscais dedutíveis do Imposto de Renda de 2021, assim totalizando um valor de R\$ 4.052,40 (quatro mil e cinquenta e dois reais e quarenta centavos), observa-se que 20% do valor total supracitado permanece no FMDCA, sendo direcionado à OSC APPD “São Francisco de Assis” o valor de R\$ 3.241,80 (três mil duzentos e quarenta e um reais e oitenta centavos).

O projeto foi aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA através das Resoluções nº 184 de 11 de julho de 2024 e nº 201 de 16 de outubro de 2024.

A formalização desta parceria se dá através de Auxílio, que será aprovada por meio de lei específica da administração pública, visando o custeio do projeto “Melhoria de Aparelhos e Equipamentos da Entidade” que será destinado para compra de aparelhos e equipamentos que contribuirão para a melhoria dos atendimentos ofertados para as crianças e adolescentes voltado à promoção, criação de recursos, lazer, cultura, manutenção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, garantindo a inclusão social, reabilitação e promovendo o atendimento humanizado por parte dos profissionais.

Considerando que as parcerias com as Organizações da Sociedade Civil são regulamentadas através da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 6.659/2020, esta parceria será firmada através de um Termo de Fomento, com dispensa de chamamento público, baseado na inexigibilidade do chamamento público nos dispostos do art. 31 da Lei 13.019/2014, que declara o seguinte: “Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando: (...) II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na





**Município de São João da Boa Vista**  
**Gabinete da Prefeita**

Secretaria Geral

qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.”

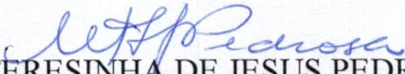
Conforme exigência da Lei Federal 13.019/14 e do Decreto Municipal 6.659/2020, o Monitoramento e a Avaliação dessa parceria serão realizados através do Departamento de Assistência Social pelo Setor de Gerenciamento de Parcerias com o Terceiro Setor, juntamente com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA pelas Comissões de Seleção de Projetos e Fiscalização e de Monitoramento e Avaliação.

Afirma-se ainda, que o objeto proposto nesta parceria a ser formalizada não se confunde com o objeto e despesas consideradas integrantes da composição de custo do Termo de Colaboração nº 003/2020 vigente, firmado entre a Prefeitura e a OSC Associação de Pessoas Portadoras de Deficiência “São Francisco de Assis” - APPD.

Nada a mais havendo a tratar, nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente.

Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro (06.12.2024).

  
MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA  
Prefeita Municipal